# VIAGENS E EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES DA INSPETORIA DE ENSINO PARA ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO RIO GRANDE DO NORTE (1924-1927)

Micaele Cavalcante de Barros

Aluna de Iniciação Científica PIBIC. Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN. Contato: [micaelecb17@hotmail.com](mailto:micaelecb17@hotmail.com)

Kivia Dulce Fonseca

Aluna de Iniciação Científica PIBIC. Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN. Contato: [kiviadulce@gmail.com](mailto:kiviadulce@gmail.com)

Letícia Crislaine Tavares Nogueira.

Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN. Contato: [leticia.cris2702@gmail.com](mailto:leticia.cris2702@gmail.com)

Sara Raphaela Machado de Amorim

Doutora em Educação. Professora do Departamento de Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Contato: [raphaela.amorim@hotmail.com](mailto:raphaela.amorim@hotmail.com)

**Resumo**

Investigar as contribuições da inspetoria de ensino para organização da educação no Rio Grande do Norte é o horizonte desta pesquisa. Objetivando por meio de fontes documentais perceber como aqueles que inspecionaram a educação auxiliaram para o desenvolvimento desta, analisamos fontes documentais como Mensagens dos Governadores (1924), Regulamento Geral do Departamento de Educação (1924) e Relatório Manuscrito do Departamento de Educação (1924). Estes materiais estão localizados nos acervos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte/IHGRN e Arquivo Público do Estado/APE e neles nos debruçamos acerca dos temas referentes ao ensino, às diretrizes para seu funcionamento, bem como as práticas que o subsidiavam na capital e nos municípios do interior do estado em diálogo com as relações políticas que permeavam suas construções. À luz de autores como Amorim (2017), Cordeiro (2016) e Silva (2014) que discutem as categorias de análises inscritas neste texto problematizamos desde o planejamento das ações de regulação do ensino às viagens e relatórios que destes trânsitos derivaram. O recorte histórico justifica-se por ser o primeiro ano do governo de José Augusto Bezerra de Medeiros, que reorganizou a estrutura administrativa do estado do Rio Grande do Norte, com a criação de departamentos, dentre os quais, o Departamento de Educação. Consideramos que deste órgão provinha oideário político modernizador que buscava se materializar por meio das práticas educativas e, portanto, culturais. Almejamos com esta pesquisa contribuir para as discussões educacionais das primeiras décadas do período republicano, bem como contribuir para a historiografia da educação Norte-Rio-Grandense.

**Palavras-chave:** Educação. História da Educação. Inspetoria Escolar. Viagens Pedagógicas.

**Primeiros passos de uma investigação**

O presente trabalho trata-se de um estudo concluído vinculado ao Núcleo de Pesquisa em Educação/NUPED, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte por meio do Programa Institucional de Iniciação Cientifica/PIBIC. No desenvolvimento do projeto intitulado “Visitar escolas, conhecer o interior: ações politicas através da Inspetoria de Ensino na organização da educação Norte-Rio-Grandense (1924-1928)”, investigamos e analisamos fontes relacionadas às questões educacionais no início do século XX, compreendo-as com o auxílio das discussões de autores como Amorim (2017), Cordeiro (2016) e silva (2014) que já possuem trabalhos publicados acerca das categorias de análise aqui estudadas.

O trabalho com fontes documentais ganham relevância por possibilitar o entendimento e aproximação com as questões do período em análise, o que nos possibilita intentar interpretações e questionamentos que subsidiaram a investigação e a construção de saberes. Esta investigação situa-se no campo da História da Educação e com a pesquisa historiográfica percebemos o quanto a leitura e problematização do passado por vezes nos auxiliam a pensarmos acerca do nosso tempo presente. Os muitos olhares para uma mesma fonte de pesquisa pode nos permitir conhecer diversos aspectos que tais como os papéis que os guarda podem estar esmaecidos, esquecidos ou até serem desconhecidos. As fontes são tidas como importantes aliadas para compreensão do pesquisador, qualquer traço ou vestígio deixado na história são primordiais para análise e alcance dos objetivos inicialmente propostos.

De acordo do Saviani (2004, p. 5):

As fontes estão na origem, constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado. Assim, as fontes históricas não são a fonte da história, ou seja, não é delas que brota e flui a história. Elas, enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos, são a fonte do nosso conhecimento histórico, isto é, é delas que brota, é nelas que se apoia o conhecimento que produzimos a respeito da história.

É pelas entrelinhas do escrito que muitas vezes trilhamos nosso caminho de buscas. Nelas podemos perceber a importância dos discursos e, inclusive daquilo que é silenciado nas fontes documentais que nos debruçamos. Por meio das análises e estudos feitos foi possível perceber a relevância dos documentos e suas contribuições para o entendimento das práticas educativas que eram desenvolvidas no Rio Grande do Norte. O recorte histórico que caracteriza esta pesquisa justifica-se por ser este o cenário de um considerável avanço educacional em termos de criação de novas instituições de instrução primária e para formação de professores, publicação de impressos voltados para estes profissionais e tantas outras marcas de dimensão política que, com a Proclamação da República eclodiram e se tornaram pautas dos discursos dos governos de presidentes de províncias por todo o país.

Após a Proclamação da República em 1889, que trouxe consigo um novo ideário de formação para o cidadão republicano, a educação foi vista com novos olhares em todo país. O ensino passou a ter um caráter fortemente patriótico e pregador de valores morais e cívicos, estabelecendo que a educação pública formasse sujeitos letrados e obtivessem a senha de participação nessa nova ordem, como afirmou Morais (2003).

A fim de estar em concordância com interesses republicanos, o ensino no país inteiro passou por diversas reformas. Especificamente no Rio Grande do Norte, em 1906 foi escrito por Francisco Pinto de Abreu - diretor do ateneu Norte-Rio-Grandense - um relatório do qual apresentava a desqualificação do ensino, as precariedades das instituições que não tinha ações pedagógicas, materiais suficientes, não havia fiscalização e nem formação docente, tal relatório foi apresentado ao governador Augusto Tavares de Lira. “No referido relatório o diretor Atheneu apresentava uma proposta de reforma, que posteriormente ficou conhecida como Reforma Pinto de Abreu” (SILVA, 2014, p.03). A reforma visava atender os novos ideias propostos República, bem como acabar com o analfabetismo, criando uma sociedade letrada e que ocupasse outras esferas econômicas.

Visando adotar métodos modernos e inovadores que atendessem os ideais republicanos, em novembro de 1907 o Congresso Legislativo aprovou a Lei n. 249 que autorizava a reforma de ensino. “Em 05 de Março de 1908, pelo Decreto n. 174, foi criado o primeiro Grupo Escolar de Natal, denominado Augusto Severo. O prédio contava com uma arquitetura ampla e moderna, atendendo aos requisitos das instituições do Estado de São Paulo” (SILVA, 2018, p.20). O grupo escolar foi a primeira instituição primaria criada em Natal, seguindo o modelo de ensino paulista.

Com a criação do primeiro grupo escolar na capital do estado, esse modelo se ensino foi se somando “[...] até 1917, foram criados vinte e seis Grupos Escolares, sendo o Grupo Escolar Augusto Severo, em Natal, no bairro da Ribeira, e os demais nas cidades e vilas do Estado.” (SILVA,2014, p.07). Com as inúmeras mudanças acontecendo no período e o grande avanço dos quais vinham passando a saúde e a educação, o então governador José Augusto Bezerra de Medeiros buscando cumprir suas propostas de governo cria cinco Departamentos: o de Saúde Pública, Segurança Pública, Agricultura e Obras públicas, Departamento da Fazenda e do Tesouro, e o Departamento de Educação, por meio do decreto n.238 de 30 de junho de 1924, objetivando supervisionar, sistematizar e administrar as instituições de ensino em todo estado.

**O** **Departamento de Educação enquanto símbolo dos avanços educacionais**

O Departamento de Educação do Estado, que substituiu a antiga Diretoria Geral da Instrução Pública, foi criado no primeiro ano do governo de José Augusto Berra de Medeiros. Natural de Caicó, município pertencente à região do Seridó, no Rio Grande do Norte/RN, nasceu aos 22 dias do mês de setembro de 1884, pertencente a uma família com forte histórico de atuação política no estado. Em 1897 mudou-se pra Natal, capital do estado, onde deu continuidade aos seus estudos. Lá executou ainda a função de professor no Atheneu Norte-Rio-Grandense e em 1909 assumiu a cadeira da Diretoria da Instrução Pública, através da qual substituiu o professor Francisco Pinto de Abreu. Em março de 1915 viajou com destino ao Rio de Janeiro, então capital federal, a fim de atuar como Deputado Federal, cargo que exerceu de 1915 a 1923, sempre elucidando a relevância de elucidar as questões educacionais em seus projetos governamentais que tiveram como base o combate ao analfabetismo.

No Rio Grande do Norte, em 1924 foi eleito governador do estado e, em suas propostas de governo ressaltava seu plano de melhorias para saúde e educação do estado. Ao tomar posse, em 1º de janeiro de 1924 o governador inicia sua gestão e junto a ela uma nova organização estadual em vários aspectos. Criou departamentos, porém, por ora oferecemos relevo ao Departamento de Educação:

O Departamento de Educação, criado nos termos de art. 1° letra E do decreto n. 238 de 30 de junho de 1924, em substituição da antiga Diretoria de Instrução Pública, tem por fim sistematizar, superintender e coordenar o serviço do ensino e nas instituições particulares de fins educativos em todo o território do Rio Grande do Norte. (REGULAMENTO GERAL DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, 1925, p. 05).

Junto à fundação, o Departamento de Educação possuía um Regulamento Geral, documento este composto por oito capítulos nos quais eram apresentadas: sua organização geral e as funções especificas de cada um dos setores que o compunham tais como: O diretor geral; o conselho de educação; a inspetoria de ensino; o secretário e funcionários da secretária; conselhos escolares seus presidentes e delegados; os diretores e funcionários das escolas e seus devidos expedientes. A cada um dos setores que compunha o departamento, competia o cumprimento das leis vigentes no Rio Grande do Norte e era de responsabilidade deste órgão a fiscalização de todas as instituições educativas do estado.

Para compor a administração estadual, o governador convidou para dirigir o Departamento de Educação o educador Nestor dos Santos Lima, intelectual atuante na sociedade norte-rio-grandense e com quem possuía um grande laço de amizade expresso nas relações sociais vistas por meio dos impressões estudados. Os espaços de sociabilidade, como o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte possibilitaram também a socialização de ideias e identificação de sujeitos com projetos que se aproximavam. Nestor dos Santos Lima ocupou o cargo de Diretor do Departamento de Educação do Rio Grande do Norte no périodo de 1924 a 1928. O Diretor Geral era o chefe dos serviços e ao mesmo cumpria a fiscalizar os serviços, promovendo sua perfeita organização e fiscalizar os estabelecimento de ensino. Nestor tinha suas praticas condizentes com os movimentos escolanovitas, ele diferente de muitos educadores que enviavam pessoas para fora do pais para obsevação do ensino, ele enviou pessoas para o interior do estado, não só enviou como ele mesmo se deslocou buscando investigar as nescessidades das intituições de ensino afim de proporcionar seus avanços.

Uma das ações comuns gestores aos responsáveis pela educação pública nos estados, sobretudo nos anos inciais do século XX, era envio de professores e professoras em viagens de estudo ou viagens comissionadas de observação para outras localidades. O próprio Nestor dos Santos Lima, ainda enquanto diretor da Escola Normal de Natal (1911-1923) realizou duas viagens comissionadas. Uma em 1913 com destino à São Paulo e Rio de Janeiro e, dez anos depois, um segundo deslocamneto que o levou à outras localidades da américa Latina, mais precisamnte Montevidéu e Buenos Aires. Ambos os trânsitos resultaram na produção de relatórios de viagem que trazem em si o olhar do viajante para outros contextos e espaços educacionais, comparações e sugestões para o futuro da educação do estado.

Diferente dos demais gestores educacionais estaduais, Nestor Lima não parece ter enviado nenhum professor para fora dos limites do RN. Mas, ao contrário, fez o movimento de viagens se voltar para o interior do estado, nos municípios onde existiam instituições escolares, fossem estas: Grupos Escolares, Escolas Isoladas ou Escolas Rudimentares. Neste cenário a ação dos professores viajantes, os inspetores de ensino foi fundamental para que as ideias do governo José Augusto pudessem se materializar e contribuir para o desenvolvimento da educação pública.

**A Inspetoria de Ensino no Rio Grande do Norte**

A inpeção de ensino ocorria no Brasil desde o periodo Imperial. De acordo com Cordeiro (2016, p.04) “A inspeção escolar foi abordada pela primeira vez na Legislação Nacional a partir da Lei de 1º de outubro de 1828”. Inicialmente a inspeção era de responsabilidade da Câmara Municipal e todas as escolas de primeiras letras deveriam ter os serviços da inspetoria. Foi criada “[...] a fim de gerar uma convivência nos moldes da civilização europeia. De modo que, na instrução pública do império, a inspeção foi uma ação do Estado para disciplinar o ensino” (CORDEIRO, 2016, p.04). Nesse período os resultado almejado pelo cargo não foi satisfatório devido ao fracasso dos projetos de instrução pública, e as condições em que se encontravam as instituições estatais e os baixos salários que eram pagos aos docentes da época, isso ocasionava desmotivação quanto às atividades executadas.

Com a proclamação da república e a criação do Departamento de Educação, o serviço de inspeção ganhou novos olhares e foi de suma importância para regularizar e uniformizar o ensino a parti da formação do cidadão que se desejava implementar. Como o grande número de instituições de ensino presente no estado e buscando avanço para tais a inspeção se fez necessária e importante.

O relatório manuscrito do departamento de educação é a fonte principal que subsidia essa pesquisa, esse documento está localizados nos acervos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte/IHGRN e Arquivo Público do Estado/APE, é composto por quatro capítulos, somando-se um número de 45 páginas escritas pelas pelo diretor geral do departamento se educação, o senhor Nestor dos Santos Lima, em 2 de outubro de 1924. No primeiro capitulo é apresentada a situação do ensino, a quantidade de escolas existentes, o número de alunos e suas respectivas frequências.

No segundo capítulo são apresentados dados da Inspetoria de Ensino; neste particular, o serviço de inspeção é tido como de suma importância, e nesta seção são apresentados os nomes dos viajantes comissionados e as viajens por eles realizadas, além de apresentar dados sobre o tipo de observação realizada, seja ela de ensino oficial ou subvencionado. O teceiro capítulo informa sobre os prédios escolares e os materias de ensino, apresentando os prédios que estão sendo contruidos e os materias que são nescessários aos demais. Por fim, no quarto capitulo são apresentadas as considerações finais, dando ênfase à algumas propostas apresentadas por Nestor Lima como necessárias para o avanço da educação no estado.

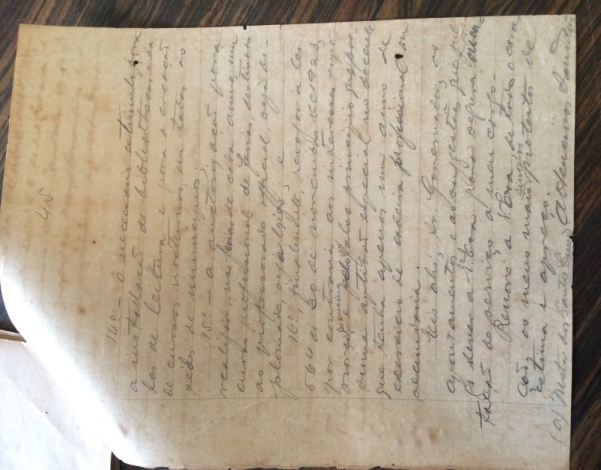
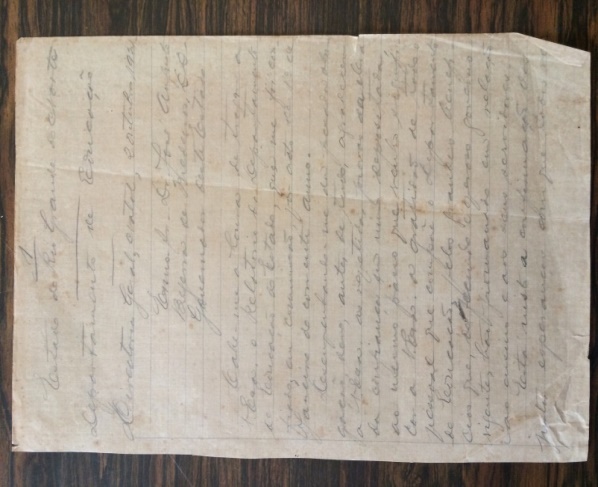
****

Figura 01- Relatório Manuscrito do Departamento de Educação (1924)

Acervo: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte/IHGRN

O Relatório Manuscrito do Departamento de Educação, apresenta a existência de 15 Grupos Escolares no estado, somando- se um número de 2.366 alunos matriculados. O departamento de educação contava com o serviço de inspeção nestes estabelecimentos de ensino que figuram no quadro abaixo.

**Quadro 01- Grupos Escolares do Rio Grande do Norte (1924)**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Número de Classes** | **Localização** | **Nome do Grupo Escolar** |
| 10 | Natal | Augusto Severo |
| 8 | Natal | Frei Miguelino |
| 4 | Mossoró | 30 de Setembro |
| 4 | Ceará-Mirim | Felipe Camarão |
| 4 | Nova Cruz | Alberto Maranhão |
| 4 | Assu | Coronel José Correia |
| 4 | Caicó | Senador Guerra |
| 3 | Penha | Pedro Velho |
| 3 | Macau | Duque de Caxias |
| 3 | Caraúbas | Antônio Carlos |
| 3 | Martins | Almino Afonso |
| 3 | São José | Barão de Mipibu |
| 3 | Santa Cruz | Quintino Bocaiuva |
| 3 | Goianinha | Moreira Brandão |

Além dos Grupos Escolares ainda haviam as Escolas Isoladas “São um numero de 37 escolas isoladas que mantinham em 18 dos nossos municípios [...]” (RELATÓRIO MANUSCRITO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, 1924, p. 19). A inspetoria figurou como um dos principais órgãos do Departamento de Educação e foi de suma importância para disciplinar o ensino nos moldes republicanos, que desejava que as escolas transmitissem uma educação baseavam-se nas questões morais e cívicas. A inspeção acontecia por meio de vistas minuciosas às intuições de ensino a fim de verificar as condições das instituições e as práticas que lhes eram ofertadas:

A inspetoria de ensino, composta dos inspetores em numero que a lei fixar, esta imediatamente subordinada ao Diretor do Departamento de Educação e é incumbida da inspeção técnica e da fiscalização permanente do ensino oficial e subvencionado, nos termos da lei vigentes (REGULAMENTO GERAL DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, 1925, p.13).

Os inspetores foram de grande importância, pois além de fiscalizar o ensino, eram importante colaboradores na permanência do ideário civilizadores e de combate a ignorância. “[...] a inspeção figurou como uma das principais iniciativas tidas como capaz de melhorar o ensino ofertado no país” (AMORIM, 2017, p.176).

Mais celene, menos rígida, mais Branda e mais coordenadora, a inspeção técnica tem de visar o melhoramento e a construção, visando desenvolver ou castigar: é ela um laço de união entre a direção suprema e as instituições docentes para o constante desenvolvimento desta e para o completo êxito daquela (RELATÓRIO MANUSCRITO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, 1924, p. 32-33).

Era presciso fazer visitas minunciosas e prolongadas tanto nos grupos escolas quanto nas escolas isoladas, para que force verificada se as práticas pedagogicas que le era oferecida comdizia com os idearios popostos. Como consta na Revista *Pedagogium[[1]](#footnote-1)* de 1922, os inpetores por mais ativos e bem intencionados que forcem não poderião contenta os reclamos de um benefica fiscalização, devido:

O grande numero de estabelecimentos de ensino que possuimos e os meios de transporte ainda deficientes para as diversas zonas de Estado, são, além de outras, circunstâncias que dificultam a ação efetiva e prestadia dos dois funcionários fiscalizadores. (PEDAGOGIUM, 1922, p.43-44)

Apesar de dificuldades emfrentadas pela inspetoria devido ao pequeno mumero de inpetores e o grande número de instituições exietentes, dificuldades com relação ao tranporte ea falta de materiais nas intitições, essa atividade eram indispensaveis, visto a nescessidade do auxilio destes com relação as condutas do professorado, que muitas vezes tinham seus serviços e devotamentos consideradas insuficientes.

**Considerações**

Desde o periodo imperial a inspetoria de ensino se figurava um importante aliado na fiscalização de ensino, mesmo não tenho suas práticas atingidas como almejadas, com a proclamação da repúblia a inpetória figurou um meio fundamental e importante para verificação se as praticas escolares condiziam com os ideiarios repúblicanos.

Apesar de dificuldades contradas, falta de materias, dificuldades com tranporte e um número minimo de inpetores para atenter as inumeras intituições, os inpetores foram importantes contribuites para o estabelecimento das práticas civilizatórias importas pela república.

“Outro motivo que justifica a colaboração quase permanente dos inspetores no interior, em muitos pontos do território estadual, é o movimento festivo para a comemoração de cenário da independência” (PEDAGOGUM, 1922, p.44). Os festejo civicos eram tidos como práticas ideais para fixação e formação dos sujeitos segundo o caracter civilizador, a inpetória foi um importante colaborador na permanencia e formação dos sujeitos em tais condutas, visto que os hábitos dos professores eram tidos como insuficeinte para atingir o brilho desejado em tais festividades.

Contudo, a inpetoria de ensino se figurou como satisfátoíoria e atendeu os ideias repúblicanos, contibuindo para o melhoramento da educação, como era desejado, visto que não só os inpetóres como o proprio diretor do departamento de educação fez visitas as intituições de ensino afim de perceber suas nescessidades.

**Referências:**

AMORIM, Sara Raphaela Machado de. *Viagem como Missão:* intercâmbio pedagógico de educador Nestor dos Santos Lima (1913-1923). 2017. 198 f. Tese (doutorado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2017.

CORDEIRO, Anna Gabriella de Souza. *A inspeção do ensino na província do Rio Grande do Norte durante o período Imperial.*UNICAMP.2016. 21p.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO. *Relatório do Departamento de Educação*. Natal, 1924, 45p. (manuscrito)

GULAMENTO GERAL DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, 1925.

[REVISTA PEDAGOGIUM, 1922, Anno 2, n.3, mar., RN.](https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/133718)

SAVIANI, Dermeval. *Breves considerações sobre fontes para a história da educação.*  In. LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. *Fontes, história e historiografia da educação.* Campinas (SP): Autores Associados, 2004, p. 1‐12.

SILVA, Francineide de Lima, *A Prática Educativa De Professoras No Grupo Escolar Augusto Severo (1908-1920).*Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2014. 12p.

SILVA, Rosângela Maria Araújo da. *Atos e Resoluções para a organização da Educação no Rio Grande do Norte*: Intelectuais, Ideias e Projetos(1924-1928) 51f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Assú, RN, 2018.

1. Revista criada pela Associação de Professores do Rio Grande do Norte. [↑](#footnote-ref-1)